

Introdução

A ampliação da globalização econômica e o acirramento na disputa por mercados geraram grande competitividade entre as grandes empresas, que passaram a utilizar estratégias de modernização e programas de reestruturação produtiva, por meio da descentralização e horizontalização das relações de produção, da introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização e de gestão com vista a elevar a produtividade.

Tais transformações são acompanhadas normalmente por uma redução do emprego (COUTINHO, 2000) e por uma reconfiguração no mundo do trabalho. Assim, junto com a redução no número de trabalhadores com contratos permanentes, dá-se um impulso em nível global ao crescimento do trabalho precário, terceirizado, informal, temporário ou em tempo parcial, representando alguns dos efeitos desse processo de globalização.

Esclarece Araújo (2004) que essa reconfiguração no mundo do trabalho é perpassada e marcada pelas desigualdades de gênero, raça, etnia e de geração. As relações de gênero têm caráter estruturante, à medida que definem as relações sociais, atribuindo lugares e papéis diferenciados para homens e mulheres em todas as sociedades.

No Brasil, esses efeitos afetaram de maneira diferente homens e mulheres. Segundo Bruschini (2007), houve retração no trabalho masculino e um aumento da participação da mulher no mundo do trabalho, fruto de transformações demográficas, culturais e sociais ocorridas no país nas últimas décadas do século XX. Porém, aponta Bruschini (2007, p.19) “apesar dessas mudanças, a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada ao longo do tempo pela precariedade”.

Tomando como referência Hirata (2006 *apud* MARIUZZO, 2006, p.2) o trabalho precário é aquele que não tem proteção social, não tem garantias como aposentadoria, seguro-desemprego, seguro-saúde, assim como baixa carga-horária e falta de qualificação, gerando baixa remuneração. Dados da Fundação Carlos Chagas (2002) apresentam que um percentual de 34% das mulheres contra 9% dos homens ocupavam

posições mais vulneráveis no mercado, seja como trabalhadoras domésticas, seja como não remuneradas ou ainda como trabalhadoras para o consumo próprio ou do grupo familiar.

Essas transformações no mundo de trabalho, iniciadas nos anos 1980, no Brasil, a partir da reestruturação produtiva, como elucida Hirata (2001), têm acompanhado uma realidade mundial em que o desenvolvimento econômico está desvinculado da expansão dos empregos. Como consequência vem ocorrendo a geração de um contingente de trabalhadores e trabalhadoras que buscam formas alternativas de geração do emprego e da renda familiar. Assinala Malvezzi (1999) que nesse cenário macroeconômico mundial, o empreendedorismo¹ caracteriza o modelo de emprego que surge e passa a significar uma alternativa frente à eliminação dos empregos formais.

Dados do Relatório GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), pesquisa de monitoramento global do Empreendedorismo, em sua edição 2007, confirmam a vocação empreendedora dos brasileiros, apresentando uma taxa de atividade empreendedora de 12,7%, ou seja, praticamente treze em cada cem brasileiros adultos estão envolvidos com alguma atividade empreendedora, taxa essa que coloca o país em nono lugar no ranking dos 42 países participantes dessa pesquisa.

Os resultados revelam, também, o aumento na participação da mulher na atividade empreendedora nos últimos anos, chegando a representar, em 2007, 52,4% dos empreendedores adultos (18 a 64 anos) no país, demonstrando a inversão de uma tendência histórica quando considerado o período 2001-2007, no qual as mulheres representavam em média 43,7% contra 56,3% dos homens. Em 2001 os homens empreendedores representavam 71% contra 29% das mulheres.

A pesquisa apresenta que o acesso das mulheres a essa categoria de trabalho tem características diferentes dos homens: a *necessidade* é o fator principal de motivação para a mulher iniciar um empreendimento, ou seja, elas estão em busca de alternativas satisfatórias de trabalho e renda, como saída para a adversidade da pobreza e da exclusão.

Por outro lado, destaca a pesquisa, há uma diminuição da proporção das mulheres em relação aos homens, quando se trata da motivação empreendedora, visando explorar *novas oportunidades*, utilizando novas tecnologias de ponta, que busquem nos

¹ Segundo Hisrich e Peters (2004) “Empreendedorismo é o processo de criar algo novo com valor dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas e independências econômica e pessoal”.

mercados internacionais as condições necessárias ao crescimento sustentável e à efetiva geração de riqueza.

A pesquisa, em sua edição 2008, aponta a educação como uma temática central à compreensão do fenômeno do empreendedorismo, assim como suas imbricações com o delineamento de políticas e programas de incentivo à ação empreendedora, sendo um elemento essencial na construção de uma sociedade que promova a inclusão por meio do empreendedorismo.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é discutir as seguintes questões: O empreendedorismo como categoria de trabalho, aumenta a inclusão das mulheres no mundo do trabalho? Como ocorre essa inclusão e qual a articulação com a educação? Existem campos gendrados no empreendedorismo? Com isso, pretende-se contribuir com um tema que tem adquirido crescente importância no processo de democratização da sociedade brasileira.

Para elucidar essas questões foram examinados os resultados da pesquisa GEM (2007) referentes ao Brasil; os dados do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios na Paraíba na sua edição de 2008, sobre a participação feminina na atividade empreendedora no Estado; e a literatura sobre gênero, trabalho, educação e empreendedorismo.

O artigo organiza-se em três partes. Na primeira parte, são exploradas as principais transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade e suas imbricações com as relações de gênero. Na segunda parte, analisa-se o empreendedorismo como alternativa de acesso ao mundo do trabalho e sua articulação com a educação. Na terceira parte, são descritos os principais traços do crescimento da participação das mulheres no empreendedorismo no Brasil.

1. Transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade e suas imbricações com as relações de gênero

Uma das dimensões da globalização refletida no interior do trabalho, refere-se à mudança do papel do Estado, que passa a adotar políticas fundamentadas nos princípios neoliberais, privatizando várias atividades realizadas tradicionalmente pelo setor

público, ocasionando uma redução significativa do número de empregos com o objetivo de aumentar a rentabilidade e diminuir os custos das empresas recém-criadas (HIRATA *apud* MARIUZZO, 2006, p 2).

O relatório “Tendências mundiais do emprego das mulheres”, publicado em 2008 pela OIT, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, destaca que o número de mulheres que participam dos mercados de trabalho no mundo é o mais alto na história, contudo, estas trabalhadoras estão mais expostas que os homens a ter empregos de baixa produtividade, mal pagos e vulneráveis, sem proteção social e sem direitos.

No contexto brasileiro, essas tendências estão apontadas nos indicadores de 2005, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) que revelam, no período 1993-2005, um crescimento na População Economicamente Ativa (PEA) feminina, que passou de 28 para 41,7 milhões. Isso significa que a taxa de atividade aumentou de 47% para 53% e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores foi de 39,6% para 43,5%.

Analisando esses dados, Bruschini (2007) esclarece que mais da metade da população feminina em idade ativa trabalhou ou procurou trabalho em 2005 e que mais de 40 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino, na mesma data. Entretanto, os mesmos indicadores demonstram que cerca de 33% da força de trabalho feminina ou 12 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários. A pesquisa ressalta, ainda, que apesar dos consideráveis avanços, há um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres para alcançar as taxas de atividade masculina que são superiores a 70% .

Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de emprego e renda. Em relação as taxas gerais de atividade, as que têm a partir de 11 anos de estudo apresentam as taxas mais elevadas. Conforme, ainda, dados da FIBGE (2005), entre as brasileiras com 15 anos ou mais de escolaridade, 83 em cada 100 trabalhavam. No ensino superior, elas ampliaram significativamente sua presença na década analisada, superando os homens, a ponto de “no ano de 2005, a parcela feminina entre os formados ter atingido 62%, como revelam dados do Censo do Ensino Superior, realizado pelo Ministério da Educação” (BRUSCHINI, 2007, p.12).

Um outro impacto sobre o aumento do trabalho feminino derivou das transformações demográficas, culturais e sociais, ocorridas no país nas últimas décadas do século XX. No campo demográfico, destaca Bruschini (2007) que a tendência mais

relevante, que tem ocorrido desde 1980, é o crescimento acentuado de mulheres chefiando os lares. Dados da FIBGE, em 2005, demonstram que elas chegam a chefiar 30,6% do total das famílias brasileiras residentes em domicílios particulares.

No que diz respeito às imbricações do acesso ao mundo do trabalho e as relações de gênero, é importante ressaltar que o aumento da participação das mulheres no mundo do trabalho está mais vinculado à expansão de atividades tradicionalmente “femininas”, ou seja, atividades que reproduzem as tarefas domésticas e/ou exploram suas habilidades “naturais”, de fato, fruto da socialização diferenciada entre os sexos. Isto ocorre porque a divisão de gênero do trabalho separa e articula a produção e a reprodução integrando os dois níveis do trabalho feminino, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais, segundo Souza-Lobo (1991).

Na prática, observa-se que a segmentação ocupacional concentra o trabalho feminino nas áreas de serviços pessoais, domésticos, administração pública, saúde, ensino, serviços comunitários, comunicações, comércio de mercadorias ou atividades agrícolas (YANNOULAS, 2002; DIEESE, 2001). Estas ocupações geralmente coincidem com aquelas situadas nos menores níveis salariais.

Segundo Hidrata (2001) esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Estes princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação da ideologia naturalista. Este processo empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie.

A teorização, em termos de divisão sexual ou de gênero do trabalho, afirma que as práticas sexuadas (gendradas) são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais. Afirma (BOURDIEU, 2007, p.18) que “ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina, onde o princípio masculino é tomado como a medida de todas as coisas”. Conforme esclarece Hirata (1989) a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão masculina sobre as mulheres (e outros sujeitos) são indissociáveis, sendo a esfera de exploração econômica – ou de relações de classe – aquela em que simultaneamente é exercido o poder de homens sobre as mulheres.

2. O Empreendedorismo como alternativa de acesso ao mundo do trabalho e sua articulação com a educação

Com as transformações no mundo do trabalho, descritas anteriormente, observa-se um aumento no uso do termo empreendedorismo, buscando dar respostas a um contexto de redução de postos de trabalho formais, de aumento de auto-emprego e da implantação de pequenos negócios. Ao considerar a atividade empreendedora compreendida no bojo dessas transformações, torna-se necessário situar, concretamente, as práticas empreendedoras, os sujeitos dessas práticas e suas ações no contexto sociocultural e econômico. Temos, então, o desafio de compreender a formação da identidade empreendedora no mundo do trabalho, uma questão de interesse educacional.

Assim, para melhor compreendermos a prática empreendedora, necessitamos responder a uma pergunta: Quem é o empreendedor, sujeito dessa prática? A palavra empreendedor (*entrepreneur*), como revela Filion (2000), foi utilizada pela primeira vez na língua francesa, no início do século XVI, para designar os homens envolvidos na coordenação de operações militares. Por volta de 1765, o vocábulo começou a ser utilizado na França para designar aquelas pessoas que se associavam com proprietários de terras e trabalhadores assalariados. Em 1800, o economista francês Jean Batist Say utilizou o termo *empresendedor* em seu livro *Tratado de Economia Política*, definindo-o como o responsável por reunir todos os fatores de produção e descobrir no valor dos produtos a reorganização de todo capital que ele emprega, o valor dos salários, o juro, o aluguel que ele paga, bem como os lucros que lhe pertencem (FILION, 2000, p.17). Desde então, o termo sofreu alterações no seu significado, que acompanharam as mudanças ocorridas no contexto sócio-econômico, mais especificamente as que afetaram diretamente o mundo do trabalho.

O GEM (2007) define o empreendedor como o trabalhador que, comprometido com os resultados, cria competências organizacionais, sociais e econômicas para realizar a transformação que o negócio exige. É o agente econômico reflexivo, aquele que deve produzir valor econômico a partir de sua atividade, tendo a reflexão como seu principal instrumento de trabalho. É um indivíduo que administra sua vida profissional, agora sujeita a alterações imprevisíveis e frequentes, obrigando-o a reorientar sua identidade, suas atitudes, metas, rotinas e redes sociais. “Os economistas tendem a

concordar que os empreendedores estão associados à inovação e são vistos como forças direcionadas de desenvolvimento” (FILION, 1999 apud GREATTI, 2003, p. 26).

Um fator importante para compreender a evolução do empreendedorismo no Brasil é a motivação para a ação empreendedora². Nesse aspecto, em função da desigualdade sócio-econômica brasileira, a principal motivação para empreender é por necessidade, representando, em 2007, 61% da população total empreendedora, contra 39% dos empreendedores por oportunidade (GEM, 2007, p. 35). Cabe destacar que, cerca de 70% dos empreendedores por necessidade dependem da atividade empreendedora para sobreviverem; já entre os que empreendem por oportunidade esse percentual diminui para 52% (GEM, 2007, p. 67).

Analisando o nível de escolaridade dos empreendedores vê-se uma mudança significativa. Em 2002, os sem educação formal e aqueles com até quatro anos de estudo representavam 50,8% do total. Já em 2007, os situados nessa mesma faixa de escolaridade não alcançaram os 30%. A população dos empreendedores com mais de cinco anos de escolaridade passou de 50% em 2001 para 71% em 2007.

Ademais, há uma relação virtuosa entre a escolaridade e a motivação para empreender, sendo os que empreendem por oportunidade os mais instruídos, conforme explicitado nos dados de 2007 do GEM. Entre os empreendedores por necessidade, 52,4% tinham até quatro anos de estudo e 47,6% possuíam mais de quatro anos de escolaridade. No empreendedorismo por oportunidade esses dados se inverteram: 35% e 65%, respectivamente. Assim evidencia-se a importância da educação especialmente formal, na construção da mentalidade empreendedora.

Na pesquisa foram analisados quesitos referentes às percepções dos empreendedores brasileiros quanto a: identificação de oportunidades de mercado; conhecimento, habilidade e experiência para começar um novo negócio; e o medo do fracasso como um fator impeditivo para empreender (GEM, 2007, p. 90). Nesse aspecto, considerando-se o período de 2003 a 2007 pesquisado pelo GEM, há evidências da correlação entre a mentalidade empreendedora e os níveis de escolaridade, ou seja, os empreendedores com maior escolaridade tinham uma melhor

² As iniciativas para empreender que visam explorar novas oportunidades, utilizando novas tecnologias de ponta, que busquem nos mercados internacionais as condições necessárias ao crescimento sustentável e à geração da efetiva riqueza nacional, são consideradas empreendedorismo por oportunidades. Por outro lado, as iniciativas de indivíduos que se aventuram pela via da sobrevivência, como alternativa para escapar da diversidade da pobreza e da exclusão, são consideradas empreendedorismo por necessidade (GEM 2007, p.6).

percepção das oportunidades, assim como a autopercepção da habilidade de iniciar um novo negócio. Segundo Bernardes (2005 *apud* GEM, 2007, p. 91) estudos do empreendedorismo atestam que o alto nível de escolaridade está relacionado a uma maior consciência do ambiente de negócios no qual atua o empreendedor, podendo ser utilizada para identificar oportunidades de negócio.

Contudo, há uma questão relevante para melhor explicitar o processo de criação de um novo empreendimento: Como empreendedores aprendem sobre a ação empreendedora? O GEM fez a pesquisa junto a eles e foi apontado, em primeiro lugar, o apoio dos familiares e amigos com 35%; entre os órgãos de fomento destaca-se o SEBRAE, SENAC e SENAI com 20%; os cursos profissionalizantes e o contato com pessoas experientes na área, somando 11% e 7% respectivamente. As demais alternativas para subsidiar a ação empreendedora são os bancos, governo e outros que totalizam 23%; e as universidades representando apenas 4% das expectativas de apoio dos empreendedores.

Contudo, segundo apresenta Silva (2001) no período 1981-2001 ocorreram avanços no ensino do empreendedorismo nas universidades públicas brasileiras, nos cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

3. Traços do crescimento da participação das mulheres no empreendedorismo no Brasil

Conforme dados do Relatório do Banco Mundial (2007), na categoria de empreendedorismo por necessidade os trabalhadores mais experientes são em grande parte autônomos e mulheres casadas com filhos. Em 2007, enquanto 37% dos homens empreenderam por necessidade, essa proporção aumentou para 63% entre as mulheres (GEM, 2007, p.75).

O relato abaixo transcrito, de uma das participantes do Prêmio Mulher de Negócios (SEBRAE, 2008), exemplifica uma situação de empreendedorismo por necessidade:

O salário foi ficando atrasado e o trabalho pouco atraente. Logo, senti a necessidade de lutar por uma segurança financeira, já que era a responsável

economicamente pela minha família, composta por esposo e três filhos. (Diljandi, proprietária de Loja de Material de Construção).

Por outro lado, embora as mulheres sejam em menor número no empreendedorismo por oportunidade, representando 46% contra 54% dos homens (GEM, 2007, p.76). Em relação à escolaridade elas são mais instruídas. Entre os sem educação formal elas representavam 12% contra 25% dos homens. Chegando a 47,5% entre os com mais de 11 anos de estudos contra 36,8% dos empreendedores.

O relato a seguir, de uma participante do Prêmio Mulher de Negócios (SEBRAE, 2008) demonstra uma ação empreendedora por oportunidade perpassada pela a educação, sobretudo superior, contribuindo para a qualificação para empreender e melhor percepção das oportunidades de negócio:

Acredito que no mundo dos negócios, “sorte” é quando o preparo profissional encontra a oportunidade. A minha preparação foi ao longo de muitos anos desde quando decidi pela profissão de Administradora de Empresas. Fiz especializações em política, estratégia e marketing, participei de vários eventos empreendedores do Sebrae e fiz muitos cursos especializados em minha área. Então, após alguns anos de atuação no mercado profissional, surgiu a oportunidade de ter meu próprio negócio. Fui convidada para ser distribuidora exclusiva de uma conceituada marca de produtos químicos para higienização profissional. (Juliana, proprietária de Distribuidora de produtos Domissanitários)

Porém, o avanço quantitativo das mulheres entre os empreendedores do país, traz ainda em seu contexto as marcas das desigualdades de gênero, seja no que diz respeito ao preconceito e desvalorização de alguns tipos de trabalho feminino, seja na sexualização das atividades. Elas empreendem majoritariamente nas atividades de comércio varejista (37%), na indústria de transformação (27%) e na atividade de alojamento e alimentação (14%), atividades consideradas tradicionalmente femininas, com já foi citado.

Ademais, são setores que têm pouca inovação, exigem relativamente baixos níveis de conhecimentos e investimentos, oferecendo poucas barreiras a entradas de novos negócios, estimulando a concorrência e, conseqüentemente elevando os riscos de mortalidade desses negócios. Nos depoimentos de Zenóbia, que fabrica e vende comida e Telma que trabalha com beleza, outras participantes do referido prêmio, vê-se traços da sexualização e desvalorização do trabalho feminino:

Trabalhei de doméstica numa casa de família sem direito a salário. Trabalhei de professora infantil ganhando muito pouco. Logo veio a idéia de uma lanchonete, comecei vendendo pastéis, coxinhas, empadas e sanduíche, tudo era muito simples. Uma grande dificuldade que enfrento é que muitas vezes chegam uns homens querendo tirar onda com minha cara pedindo para vender-lhes pinga. Um chegou a me dizer que uma mulher como eu merecia um tiro na testa. (Zenóbia, proprietária de lanchonete).

Tudo começou quando há cerca de 15 anos, senti a vontade de, além de executar a gostosa, mas árdua tarefa de ser esposa e mãe de três filhos, cooperadora do meu marido no aumento da renda familiar. Certo dia saí com uns pequenos estojos de manicure de porta em porta, enfrentando o preconceito de ser mulher trabalhadora numa sociedade machista e mal remuneradora da classe feminina. (Telma, proprietária de Salão de Beleza).

As empreendedoras também têm suas escolhas afetadas pelos fatores relativos à vida privada e ao papel tradicional na família, que restringem as condições de trabalho e o rendimento das mulheres, entre os quais destacam-se: a responsabilidade maior da mulher com a família, a execução das tarefas domésticas que continuam como responsabilidade da maioria das mulheres, a maternidade e a exigência de cuidado com os filhos. O relato a seguir, demonstra esses fatores restritivos:

Comecei a empreender comprando uma loja de festas infantis. O sucesso foi tanto que passei a não ter mais tempo para a família e meu esposo me mandou escolher, assim decidi fechar a loja. (Maria, proprietária de pronta-entrega de roupas)

Entretanto, há mulheres que superam essas barreiras e restrições empreendendo em setores tradicionalmente masculinos, como revela o depoimento abaixo de outra participante do prêmio Mulher de Negócios (SEBRAE, 2008):

Um dos precursores da minha história foi meu pai por acreditar que nenhuma mulher seria capaz de realizar qualquer atividade comercial. Enfrentar um ramo de atividade machista, onde apenas homens tinham toda autoridade e poder de decisão, foi um desafio. Deparei-me, portanto, com um grande preconceito pelo fato de ser mulher, pois ninguém aceitava que eu entrasse no ramo de venda de baterias. Mesmo sendo mulher, mãe e dona de casa, nunca desisti dos meus sonhos. (Joseane, proprietária de Loja de Baterias Automotivas).

Outro fator que influencia no processo de inclusão da mulher na ação empreendedora está relacionado à desvalorização do trabalho das mulheres por elas mesmas, ou seja, a auto-exclusão. Há padrões internalizados pelas mulheres modelando

e restringindo seus desejos, expectativas e motivações. Segundo Yannolas (2002) as “*escolhas*” realizadas pelas mulheres por profissões pouco prestigiadas e mal remuneradas podem ter suas raízes na constituição fragilizada da subjetividade feminina.

Conclusão

Retomando as perguntas feitas anteriormente, conclui-se que o empreendedorismo é uma alternativa de inclusão da mulher no mundo do trabalho, ficando demonstrada a consolidação do papel da mulher na atividade econômica contemporânea, superando a participação do homem na ação de empreender. No entanto, essa superação carrega sinais de desigualdades de gênero presentes no mundo do trabalho formal. Elas em sua maioria empreendem como alternativa de sobrevivência, em guetos tradicionalmente femininos, pouco valorizados, com baixa inovação, menores barreiras de ingresso e demasiadamente concorridos, situação que as deixa mais vulneráveis aos riscos de mortalidade empresarial, como já foi dito anteriormente.

Em geral as trabalhadoras têm maior nível de escolaridade e as empreendedoras por oportunidade também, comparativamente com os homens. Embora evidencie-se a influência da escolaridade, sobretudo do nível superior, na qualificação para a ação empreendedora, observou-se que a temática do empreendedorismo vem sendo discutida e desenvolvida na maioria das vezes fora do ambiente universitário, podendo representar um dos riscos à prática empreendedora, uma vez que, por princípio, um dos papéis da universidade é desenvolver a reflexão e senso crítico dos sujeitos, assim como contribuir para o rompimento das desigualdades sociais.

Assim, surgem desafios para educação, sobretudo a superior, no fomento à ação empreendedora feminina, para além da qualificação para iniciar e gerir um negócio. Entre eles, o de contribuir para a formação de uma identidade empreendedora feminina, que possibilite a essas mulheres uma resignificação de seus papéis no âmbito público e

privado ampliando e redefinindo seus espaços de atuação no empreendedorismo, assim como na vida pública.

Por fim, visando contribuir para ampliar o debate e a intervenção sobre a prática empreendedora feminina ficam indicadas algumas questões para subsidiar estudos futuros: Se não há barreiras formais nem educacionais à entrada das mulheres no empreendedorismo, por que muitas repetem na ação empreendedora as marcas do mundo do trabalho feminino gendrado, pouco prestigiado e que replica o ambiente doméstico? Por outro lado, por que algumas superam as desigualdades de gênero empreendendo em atividades “tradicionalmente” masculinas? Como a educação está articulada com essas escolhas? Como ocorre o processo de empoderamento dessas mulheres vencedoras em campos gendrados? Há traços distintos no comportamento empreendedor feminino do masculino que mereçam um olhar diferenciado da educação?

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, A. M. Carneiro, AMORIM, E. R. Aguiar e FERREIRA, V. Clemente. **O Sentido do Trabalho da Mulher no Contexto da Reestruturação Produtiva**. Artigo publicado no VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BRUSCHINI, Maria C. A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Caderno de Pesquisa, v.37, n.132, São Paulo, 2007.

COUTINHO, M. C. **Entre o velho e o novo: estratégias de participação no trabalho**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: UNICAMP, 2000.

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2005**. Rio de Janeiro, 2006.

FILION, Louis J. **O empreendedorismo como tema de estudos superiores**. In: **Empreendedorismo: ciência, técnica e arte**. Brasília: CNI/IEL Nacional, 2000.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Relatório Trabalho da Mulher**, São Paulo, 2002.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil: 2007**. Curitiba: IBQP, 2008.

GREATTI, Lígia. **Perfis empreendedores: Análise comparativa das trajetórias de sucesso e do fracasso empresarial no Município de Maringá**. Dissertação de Mestrado em Administração, pp. 26. Maringá: UEM, 2003.

HISRICH, Robert D. e PETERS, Michael P.. **Empreendedorismo**, 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Cadernos Pagu, n.17-18, pp.139-156, Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. **Divisão capitalista do trabalho**. Revista Tempo Social, v.1, São Paulo: USP, 1989.

MALVEZZI, S. **Mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo**. Caderno de Psicologia Social do Trabalho. v.2, São Paulo, 1999.

MARIUZZO, Patrícia. **Socióloga discute o desemprego e a questão de gênero no mundo do trabalho**. Revista Inovação Uniemp. v.2, n.5, Campinas, 2006. Disponível em <<http://www.inovação.scielo.br>>. Acesso em mar. 2009.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Relatório Tendências Mundiais do Emprego das Mulheres**. 06 de mar. 2008. Disponível em <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em Mar. 2009.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Relatório do Prêmio Mulher de Negócios**. Brasília: SEBRAE, 2008

SILVA, Nilson C. D. **A importância da formação do espírito empreendedor dentro da universidade**. Dissertação de Mestrado em Administração. São Carlos: UFSCAR, 2001.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

YANNOULAS, S.C. **Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho.** Brasília: CFEMEA, FIG/CIDA, 2002.